

Pesquisas sobre um Modo de Produção africano

Catherine Coquery-Vidrovitch

Universidade Paris Diderot
Paris – França
catherine.vidrovitch@orange.fr

Resumo: Tradução de artigo¹ escrito por Catherine Coquery-Vidrovitch (professora emérita da Universidade Paris Diderot, especialista em história da África) e publicado originalmente na Revista *La Pensée* em abril de 1969 (n. 144). No texto, a autora busca compreender a singularidade histórica de algumas sociedades pré-capitalistas da África negra pela proposição de um modo de produção distinto daqueles já conhecidos pela tradição marxista. Verifica-se, inclusive, um esforço de diferenciação entre o chamado “modo de produção africano” e o modo de produção asiático, o qual já havia sido alinhavado por Marx e melhor estudado pela antropologia marxista francesa. No entanto, conforme argumenta a historiadora francesa, reduzir as experiências de reinos como o do Kongo e o do Daomé, por exemplo, há uma variação do mesmo tipo de sociedade presente na antiga Mesopotâmia, no Egito e na China – conforme o procedimento da antropologia marxista dos anos 1960, capitaneada por Maurice Godelier – implica não só distorcer o próprio conceito de modo de produção asiático, mas também ignorar as particularidades apresentadas pelo desenvolvimento de certos povos africanos².

Introdução

Até o presente, colocou-se ênfase no caráter específico das sociedades tradicionais da África negra estudadas isoladamente. Os antropólogos economistas começam a definir com certa precisão as suas estruturas familiares comunitárias de subsistência³. Mas ao se insistir precisamente no mecanismo de subsistência, teve-se a tendência de subestimar nessas sociedades a organização da produção e a hierarquização social: a subsistência – que não é a autarquia –

¹ Tradução feita por Pablo Biondi, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), docente da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC). Agradecemos à própria autora pela autorização de publicação deste conteúdo.

² Cumpre ponderar que, em diversas ocasiões, o artigo faz referência a termos que nem sempre são capazes de expressar fielmente as experiências organizativas africanas (Estado, império, aldeia etc.). A tradução desses termos observa os padrões da língua francesa, mas há que se ter em conta que eles estão inevitavelmente vinculados a padrões culturais ocidentais que, a rigor, seriam aplicáveis apenas por aproximação a outras realidades. De qualquer maneira, o texto traz uma abordagem concreta notável e original sobre alguns povos da África negra segundo o método do materialismo histórico-dialético, colocando-se como uma referência para as pesquisas da área que se orientam por essa perspectiva.

³ Notadamente MEILLASSOUX, 1960 e 1964.

não exclui a divisão do trabalho, nem a existência de processos elementares de troca, sob a forma, notadamente, de mercados de víveres locais. Essas sociedades não são “sociedades de classe” no sentido em que os marxistas entendem hoje; elas diferem fundamentalmente das sociedades pré-capitalistas do Ocidente pela ausência de qualquer forma privada de apropriação do solo. No entanto, elas ultrapassaram em toda a África o estágio da “comunidade originária”: mesmo entre os Pigmeus da floresta, a organização econômica define-se sempre em função de um sistema próximo e complementar (troca de produtos da caça e de colheita por víveres alimentares de povos sedentários).

Assim se coloca o problema de um modo de produção que os próprios historiadores soviéticos⁴, a despeito do esquematismo ainda perceptível em certos manuais⁵, hesitam em assimilar a um dos três estágios definidos na Europa ocidental: escravidão, feudalidade e capitalismo. Já que Marx e Engels esboçaram a definição de outro modo de produção, o “modo de produção asiático”, os marxistas, com a descoberta do mundo africano, cogitaram, muito naturalmente, estender a esse novo domínio um conceito elaborado até então a partir das sociedades do Oriente Próximo (Egito, Mesopotâmia) ou do sudeste da Ásia (China...)⁶.

O modo de produção asiático supõe, de um lado, comunidades aldeãs baseadas numa atividade produtiva coletiva, mas combinadas a uma “unidade superior” que, sob a forma de um regime estatal, é capaz de subjugar coletivamente o trabalho da massa da população: essa “escravidão generalizada” revela o “alto comando econômico” de um déspota “que explora essas comunidades ao mesmo tempo em que as dirige”(CHESNAUX, 1964). O Estado se manifesta então como um empreendedor apto para impor, apesar de um nível técnico pouco elevado, enormes trabalhos – hidráulicos (os Estados fluviais do Oriente Próximo), militares (a Grande Muralha da China) ou prestigiosos (as pirâmides) (PARAIN, 1966, p. 26-27). Ora, sob essa forma máxima, é evidente que o modo de produção asiático não pode ser encontrado na África negra:

⁴ Sobre a abertura da discussão sobre o M.P.A. [modo de produção asiático, N. T.] na União Soviética, ver CHESNEAUX, 1960.

⁵ Tais como: MITROPOLSKI, Y. ZOUBRITSKI e KÉROV, s/d. (Manual, desde 1960-61, dos estudantes da Ásia, da África e da América Latina da Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba).

⁶ Ver a esse respeito os artigos de síntese de CHESNAUX, 1964, 1965 e 1968.

mesmo se fosse possível, a rigor, assimilá-lo a certas formas de despotismo africano, faltar-lhe-ia sempre seu elemento dinâmico: essa “escravidão generalizada” que não se encontra em lugar nenhum, exceto talvez (mas se trata de uma hipótese inverificável) nas construções pseudociclópicas dos “Construtores de Pedra” da África austral (ruínas do Zimbábue, entre Zambeze e Limpopo, séculos XI-XVIII).

Conscientes do fato de que certos traços destacados por Marx na Ásia não eram identificáveis na África negra, os pesquisadores recusaram-se, de uma maneira geral, a conduzir sua análise até o fim. Seu incômodo é perceptível, ainda que eles não o confessem plenamente, sem dúvida por seu excesso de respeito para com o grande mestre, que não poderia, fosse qual fosse sua genialidade, compreender em sua análise sociedades ainda desconhecidas à época.

A tentativa mais exemplar no que diz respeito a isso foi a de Jean Suret-Canale (1964), que reencontra o modo de produção asiático na África negra pré-colonial nos termos de uma evolução em três etapas: a *comunidade originária* (desaparecida de fato); a estrutura tribal ou *tribal-patriarcal* de sociedades segmentárias ditas “anárquicas” ou “sem Estado”, onde a unidade social fundamental é a família ampliada (a linhagem), transição para as *sociedades de classe* nitidamente diferenciadas, sociedades “estatais” em que, sob o patriarcado aldeão, a aparição de aristocracias privilegiadas teria determinado a formação do Estado.

Por via de eliminação – a sociedade africana não sendo nem escravista (no sentido antigo do termo), nem feudal –, Suret-Canale aproxima esse sistema ao das sociedades asiáticas. Obrigado a reconhecer a ausência do *despotismo* propriamente dito, porém preocupado em assimilar o modo de produção africano ao esquema geral, ele se rebate sobre uma definição frouxa do modo de produção asiático: a da “coexistência de um aparelho de produção baseado na comunidade rural [...] e de exploração do homem pelo homem sob formas [...] diversas, mas que passam sempre pelo intermediário das comunidades”.

Não apenas Suret-Canale atribui à distinção entre “sociedade sem Estado” e “sociedade com Estado” uma importância hoje discutida para a África negra⁷;

⁷ Qualquer que seja o tipo de sociedade considerada, onde as instituições políticas se baseiam na utilização do princípio da descendência, as duas ordens de relação – de linhagem e política – aparecem sempre como complementares e antagônicas (BALANDIER, 1967, p. 61).

não apenas a definição de uma mais-valia exclusivamente fundada no desvio do trabalho dos produtores rurais pelos estratos privilegiados nos parece errôneo (voltaremos a esses problemas); mas essa definição do modo de produção asiático, se não for falsa, torna-se genérica demais para ser operacional; ela suprime precisamente o essencial: qual é o elemento *motor* da exploração do homem pelo homem, ou dizendo de outro modo, a natureza dessas “formas diversas” indeterminadas.

M. Godelier (1963) incita um incômodo análogo, num estudo aprofundado do modo de produção asiático, ao estabelecer uma distinção entre “modo de produção asiático com grandes trabalhos” – ou M.P.A. propriamente dito – e “modo de produção asiático sem grandes trabalhos”, cuja natureza nos parece mais discutível: mais uma vez, essa definição privativa retira do modo de produção seu elemento dinâmico ao subtrair seu fundamento econômico do próprio nível da produção. Com efeito, os grandes trabalhos, que ultrapassam os meios das comunidades particulares, constituem para essas comunidades as condições de sua atividade produtora: “O Estado e a classe dominante intervêm diretamente nas condições da produção, e a correspondência entre forças produtivas e relações de produção é direta por meio da organização dos grandes trabalhos”(GODELIER, 1963, p. 29). São esses grandes trabalhos que determinam a aparição de uma burocracia e de um poder absoluto, centralizado, “despótico”.

Ora, Suret-Canale (1964, p. 37) já havia constatado que os Estados da África ocidental eram constituídos diferentemente: eles repousam visivelmente sobre a conjunção de uma confederação tribal (com um “rei” à cabeça, chefe da terra) e de um *mercado* ao qual ele provê segurança e do qual ele retira uma parte importante de suas rendas. Como ele, Godelier (1963, p. 30) é consciente do fato de que, na África tropical, a ascensão dos impérios (tais como, na Idade Média, Gana, Mali, Songhai...) não está ligada à organização de grandes trabalhos, mas “ao controle do comércio intertribal ou interregional exercido por aristocracias tribais sobre a troca de produtos preciosos, ouro, marfim, peles etc. [...] entre a África negra e a África branca”.

Mas para perfazer sua demonstração, Suret-Canale apressou-se em eliminar da história africana o elemento dinâmico nascido dos contatos com o

estrangeiro, de maneira bem pouco convincente, recorrendo mais a um exemplo localizado do que a uma argumentação científica: sua “prova” seria a existência dos Estados Mossi, na formação dos quais “não se vê que o comércio tenha desempenhado qualquer papel”⁸ – o que, de resto, precisaria ser provado. Godelier (1963, p. 37), em contrapartida, aceita as consequências de sua análise: ele propõe “adicionar uma segunda hipótese à de Marx [...]; que pode existir outra via e outra forma de modo de produção, pelas quais uma minoria domina e explora as comunidades sem intervir diretamente em suas condições de produção, mas intervindo indiretamente ao extrair em seu proveito um excedente em trabalho e em produtos”.

Estamos totalmente de acordo com essa maneira de ver, e o objeto desse artigo é expor as razões dessa visão. Mas recusamos a assimilação ao “modo de produção asiático” do modo de produção que se observa ao menos em certo número de sociedades africanas (e que designaremos por essa razão pelo termo “modo de produção africano”). Os dois sistemas têm em comum somente a existências de comunidades aldeãs de subsistência. Mas naquele há despotismo e exploração direta pela escravidão generalizada; neste, ao contrário, como iremos demonstrar, há uma burocracia sobreimposta que intervém apenas indiretamente na comunidade. Não vemos a necessidade de colocar num mesmo enquadramento, em detrimento da precisão, dois tipos de produção que diferem em tantos pontos. Tendo em conta os traços originais de um e de outro, e pela análise das relações de produção na África, parece possível delimitar um “modo de produção africano” específico.

As trocas de longa distância

Uma das características das sociedades africanas é a de jamais terem vivido no isolamento. O continente africano conheceu dois fenômenos de grande importância: a mobilidade das populações e a amplitude das trocas de longa distância. As migrações – movimentos de conjunto ou infiltrações progressivas – encerraram-se apenas na época colonial, quando as metrópoles estabeleceram a

⁸ “Essa hipótese é confirmada pela existência dos Estados Mossi...” (SURET-CANALE, 1964, p. 37).

fixação das populações por razões de polícia ou com um objetivo administrativo (coletas de impostos, atribuição de lotes em propriedade privada etc.). Antes disso, a história da África é indissociável dos deslocamentos dos povos, sem dúvida parcialmente imputáveis a sua frágil densidade sobre espaços imensos e relativamente abertos: quase por toda parte os relevos se impõem sobre os contornos, e mesmo a floresta densa é sulcada por várias artérias navegáveis, tal como a Bacia do Congo.

Os exemplos são inumeráveis: o mais espetacular foi talvez o da expansão bantu que submergiu as populações preexistentes (pigmeus) em todo o oeste e centro-sul do continente a partir de um núcleo que os linguistas situam nos confins do Camarões e da Nigéria, em alguma parte do Benue central, aproximadamente em 1000 a.C. (GREENBERG, 1962). Os fulas, refugiados no oeste africano (Tacrur senegalês) na sequência de migrações pré-históricas originárias do nordeste transsaariano, retomaram sua progressão a partir do século XV na direção oposta: eles se indispuseram até o século XIX com uma série de impérios muçulmanos que demarcaram sua progressão, de Fouta Djallon (1725) a Touta Toro (1776), depois no arco do Níger (Macina) até Sokoto, a leste do rio (Jihad de Usman dan Fodio, 1804) sobre o *plateau* de Adamaua, no centro de Camarões. Hoje eles se encontram disseminados por toda parte desde o Senegal até o lago Chade. A história dos fang desde o início do século XIX é a de seus deslocamentos por sobressaltos do Camarões em direção ao Atlântico (ALEXANDRE, 1965). Enfim, os vastos movimentos que, do século XV ao século XIX, se difundiram desde o Sudão egípcio em direção ao sul – através do Quênia e do Congo oriental até a África Austral – são, segundo os historiadores britânicos, comparáveis às invasões mongóis (OLIVER; MATHEW, 1962). Em resumo, não há monografia etnográfica que não possa consagrar à origem do povo estudado um mapa em que se entrecruzam setas e símbolos do jogo complexo de seus deslocamentos sucessivos e frequentemente recentes.

Na sequência dessas fermentações constantes, as sociedades africanas conheceram em todos os tempos influências exteriores, vindas do Egito, do mundo árabe, da Europa e até mesmo da Ásia. O Egito antigo difundiu a herança nilótica em direção ao sul, na Núbia, em torno de Napata e depois de Meroé (Reino de Cuxe, 600 a.C. a 300 d. C.), e de lá em direção a Axum, na Etiópia. A

Ásia do Sudeste ligou-se com a África do Leste, que lhe oferecia, de uma só vez, uma reserva de mão-de-obra e um campo de imigração, relações numerosas e precoces. Desde o século IX refugiaram-se na costa dissidentes de seitas perseguidas: Kilwa, no país dos Suaíli, havia sido fundada no século X por um grupo de iranianos (Crônica de Kilwa, redigida no século XVI); os outros entrepostos comerciais da costa – Mogadíscio, Mombasa, Malindi, Pemba e, mais ao sul, Sofala (em face de Madagascar), que foram até a descoberta portuguesa, pelo menos, os grandes focos da atividade mercantil árabe no oceano Índico, teriam uma origem comparável. Os mercadores indianos, entre os séculos X e XIII, exerceram uma influência suficiente para introduzir na região seu sistema de pesos e medidas e seus tipos monetários costumeiros, e para colocar no poder em Kilwa, no século XIII, um aventureiro de sua escolha (al Hasan Ibn Talut). Ao Sul, desde antes do Islã, as canoas malaias abriram o caminho para Comores e Madagascar, e Malaca mantinha, a partir dos séculos IX e X, relações regulares com as costas ocidentais do oceano Índico. Enfim, os chineses tomaram contato pelo menos duas vezes com a África do Leste, em 1417-1419 e em 1431-1433, e as expedições arqueológicas de materiais cerâmicos persas e chineses são numerosas o bastante para que se tenha podido escrever: “Do século X ao fim da Idade Média, o passado de Tanganica está sob nossos pés escrito em porcelana da China”⁹.

Na África ocidental, as relações firmadas com o Magreb foram ainda mais precoces: em 734, uma primeira expedição partiu de Suz e atingiu o Sudão. O contato estabelecido jamais foi rompido: em 757-758, a fundação de Sijilmassa, no Tafilelt, ao sul do Marrocos, abriu às caravanas de ouro a rota do Sudão. Quanto aos europeus, sabe-se que eles escalonaram sua descoberta das costas de 1434 (data na qual foi atravessado o Cabo Bojador, em face das Canárias) a 1487 (quando foi dobrado o Cabo das Tormentas, tornado Cabo da Boa Esperança).

⁹ Sir MORTIMER WHEELER, 1955, citado por DAVIDSON, B. *Le Courier de l'Unesco*, out. 1959. Além disso, G.S.P. Freeman-Greenville fez importantes estudos sobre as moedas descobertas na costa, que atestam relações comerciais seguidas com o Iêmen, a Arábia e a Ásia. Cf. *East African coin finds and their historical significance*, *Journal of African History*, I, 1960, pp. 31-44. Sobre a história das relações entre a África oriental e o oceano Índico, ver, entre outros: TOUSSAINT, A. *História do Oceano Índico*, Paris, 1961. VILLERS, A. *The Indian Ocean*, Londres, 1952. GRAY, J. *History of Zanzibar from the middle Ages*, Londres, 1962. FREEMAN-GREENVILLE, G. *The Medieval History of the Tanganyika coast*, Oxford Un. Press, 1962. DUYVENDAK, J. *China's Discovery of Africa*, Londres, 1949. Lição de síntese de MOLLAT, M. *A África e o Oceano Índico*, 1965.

Esses contatos manifestaram-se na história dos povos, de início, pelas longínquas correntes de troca (tráfico transaariano medieval, comércio do oceano Índico, tráfico negreiro atlântico ou tráfico árabe-sudanês) que não podem ser reduzidas a fatores externos (conquista árabe, descoberta portuguesa, choque colonial); eles afetaram profundamente o interior do continente, suscitando a colaboração de reinos costeiros (traficantes de escravos, por exemplo) e de povos intermediadores que asseguravam as transações: na bacia congoleza, as mercadorias penetraram bem antes dos homens, precedendo os traficantes mestiços portugueses (“pombeiros”) que, depois do fim do século XV, se infiltraram rumo ao Pool ao longo das rotas caravaneiras. No interior gabonês, os povos do Ogooué possuíam tecidos, pérolas, “netunos”¹⁰ de fabricação europeia; os fang do Woleu-Ntem, região quase não penetrada antes do século XX (nos confins do Camarões meridional), tinham mosquetes¹¹ sem que nenhum deles tivesse visto ainda o homem branco. Do mesmo modo, no tempo dos impérios sudaneses medievais, os povos florestais da zona guineana, compreendendo-se aí a Costa do Ouro, em que as minas foram abertas em meados do século XIV sob iniciativa dos mandês, seguramente receberam, em troca desse minério, de marfim ou de nozes de cola enviadas para o norte, mercadorias de proveniência magrebina (miçangas, sal...).

Não era necessário que o comércio assumisse volumes importantes para exercer, beneficiando-se da raridade das peças trocadas, uma grande influência. No entanto, a história prova que ele alcançou frequentemente proporções consideráveis: tais foram as transações de ouro e de sal no oeste africano medieval; tais foram as exportações de cobre da África austral em direção ao porto de Sofala e ao oceano Índico, pela intermediação do “Monomotapa”, esse soberano de um império situado na curvatura do Zambeze, popularizado, depois em 1628 conquistado pelos portugueses; tais foram, enfim, as diversas atividades de tráfico negreiro: do século XVI ao século XIX, em direção ao Atlântico (10 a 20 milhões de homens pelo menos)¹²; em direção ao norte, o tráfico sudanês

¹⁰ Grandes pratos de cobre estampados que serviam de moeda, notadamente para o pagamento de dotes (introduzidos originalmente pelos portugueses, eles foram utilizados até o século XX).

¹¹ Correspondência de membros da “Missão do Oeste Africano”, 3.^a Missão de penetração de Brazza, 1883-1885. COQUERY-VIDROVITCH, C. **Brazza e a tomada de posse do Congo**, Paris, Mouton (impresso).

¹² Entre 20 e 50 milhões, estimou-se há muito tempo. Nas suas pesquisas em curso, o historiador

destinou ao mundo otomano cerca de 10.000 escravos por ano no século XIX (contra 70.000 para a América) (ADU BOAHEN, 1965); ou aquela que, na mesma época, drenava os homens desde a bacia do Congo até Zanzibar, em direção ao sultanato de Omã e ao mercado indiano.

Crítica da oposição tradicional na África Negra, sociedade com estado/sociedade sem estado

A vida econômica das sociedades africanas pré-coloniais foi, pois, caracterizada pela justaposição de dois níveis aparentemente contraditórios: de uma parte, o autoconsumo aldeão, de outra parte, o grande comércio internacional, verdadeiramente transcontinental. Esse fenômeno econômico é inseparável do fenômeno político iluminado por G. Balandier (1967) – o das interferências geradoras de desequilíbrio entre uma estrutura tribal de linhagem com base familiar e uma organização territorial com tendência mais ou menos centralizada. Isso significa que seria preciso associar, como o faz implicitamente Suret-Canale, subsistência com sociedade “tribal-patriarcal”, até pouco tempo dita “sem Estado”, e vastas correntes de troca com poder estatal mais ou menos despótico? A analogia é duvidosa. Nós nos limitaremos a demonstrá-lo com alguns exemplos; aos historiadores e aos antropólogos, cabe multiplicar os estudos de caso suscetíveis de verificar uma proposta que, no estado atual dos nossos conhecimentos, limita-se a apresentar certas hipóteses de pesquisa.

Os antropólogos, por certo, provaram a que ponto as relações de linhagem “colam-se” às estruturas econômicas de subsistência. As sociedades segmentárias, até pouco tempo situadas numa zona cinzenta mal definida, eis que pouco estudada, da “sociedade sem classe” originária, revelam-se na análise muito diversificadas. É ainda a G. Balandier (1967, p. 93) que cabe o mérito de lembrar, a propósito da África negra, que “todas as sociedades são, em graus diversos, heterogêneas”. Essa comunidade originária comporta “estratificações sociais” que já implicam “o antagonismo, a competição e o conflito”. Sob sua forma mais simples, ela se traduz na proeminência dos mais idosos sobre os mais jovens; os primeiros aparecem como os detentores verdadeiros dos meios de produção, já

americano Ph. Curtin, que trabalha com os livros de contabilidade dos navios negreiros e com os registros dos portos, estima, por outro lado, que a cifra de 10 milhões seria um ponto máximo.

que exercem sobre os segundos, “que devem lhes remeter o produto de seu trabalho” (MEILLASSOUX, 1964, p. 217), um direito eminente e discricionário; assim, eles podem entesourar ou trocar exclusivamente no nível dos “bens de prestígio” que reforçam sua proeminência – daí as premissas, na escala da aldeia, de um processo de acumulação suscetível de engendrar e acentuar as desigualdades. Trata-se apenas de um esboço; ele é suficiente para sublinhar o perigo de negar à subsistência o direito de pleitear “uma categoria econômica científica, marxista”, pois ele é apenas o lugar de uma ausência, “a ausência da economia de mercado e da mercadoria” (SURET-CANALE, 1967, p. 99)¹³. Uma definição tão negativa corre o risco, em nosso sentir, de lançar “todas as sociedades pré-capitalistas [...] no conceito vago de sociedade tradicional”¹⁴ – o que forneceria uma das chaves para o desinteresse manifesto sobre esse problema até os últimos anos por numerosos historiadores, mesmo marxistas, marcados pelo eurocentrismo. Ora, se nos referirmos ao próprio Marx (s/d., p. 171-172), jamais encontraremos uma recusa tão cortante: nele, ao contrário, lê-se que “a forma econômica específica pela qual o sobretrabalho não pago é extorquido dos produtores diretos [...] é a base de qualquer forma de comunidade econômica [...], e ao mesmo tempo a base de sua forma política específica. É sempre na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário direto (relação cujos diferentes aspectos correspondem, naturalmente [...], a um certo grau da força produtiva social) que é preciso buscar [...] o fundamento oculto de todo o edifício social, e, por consequência, da forma política que toma a relação de soberania e de dependência”¹⁵.

Em sentido contrário, deve-se associar as trocas de longa distância com o poder centralizado? Isso parece muito mais duvidoso. Certamente, os exemplos mais contundentes foram estudados nos marcos de sociedades com Estado: Gana do século VIII ao século XI e Mali no século XIV viram sua ascensão ligada à ascensão das trocas com o Magreb; Benin ou Daomé conheceram uma evolução

¹³ Ao dizê-lo, Suret-Canale ultrapassa evidentemente seu pensamento, já que ele mesmo se entrega a uma análise da sociedade “tribal-patriarcal”, na qual ele define as *forças produtivas* baseadas na agricultura comunitária. “As sociedades tradicionais na África negra e o conceito de modo de produção asiático”, *La Pensée*, nº 117, 1964, p. 19-42.

¹⁴ Daí a contradição, precisamente, de Godelier, que faz essa reprovação a Meillassoux ao acusá-lo, além disso, de privilegiar demais “o fato da desigualdade [...] na maioria das sociedades sem classes”. “A propósito de dois textos de antropologia econômica”, *l’Homme*, nº 3, 1967, p. 86.

¹⁵ Ver a esse respeito: PARAIN, 1966, p. 26.

paralela ao comércio; o Sultanato de Zanzibar floresceu no século XIX com o tráfico de escravos e de marfim na África oriental. Mas trabalhos recentes provam que trocas de grande envergadura afetaram as sociedades mais diversas: foi assim com o grande comércio congolês. Ao longo do Congo e de seus principais afluentes (Oubangui, Sangha, Likouala, Alima, para falar apenas da margem direita), povos segmentários fizeram desse tráfico seu único meio de existência. As trocas estiveram em sua origem (século XVI) ligadas entre os portugueses e o reino do Kongo, reagrupado na margem esquerda do baixo Congo ao redor de sua capital, São Salvador. Mas por volta de 1850, isso era, praticamente, não mais do que uma lembrança; além dos bakongos da zona costeira, o comércio havia se estendido aos batekes do Pool, e sobretudo, rio acima, aos boubanguis da “região dos lagos” na confluência dos rios Sangha e Oubangui com o Congo (SAUTTER, 1965)¹⁶.

Lá, o poder do chefe raramente excedia o marco da aldeia, e mais frequentemente de uma fração da aldeia; no entanto, esse povo da água, isolado em montes de terra interligados ao longo da rede infinita de lagos, constituiu um conjunto dinâmico; na impossibilidade de obter sua subsistência de um solo pantanoso, seu destino deveu-se exclusivamente às trocas de víveres combinadas ao comércio. No alto Alima, os boubanguis (chamados localmente de likubas), instalados em seus acampamentos provisórios para temporada seca, consumiam a mandioca dos batekes do *plateau* e dos mbochis ribeirinhos na proporção de uma vintena de toneladas por dia; eles ofereceram em troca o fruto de sua indústria: tecidos trançados, materiais cerâmicos, remos, filetes, arpões e, sobretudo, peixe seco, do qual eles eram grandes produtores.

A essas atividades indispensáveis para manter sua autoridade sobre esse nó estratégico malsão e infértil, eles combinavam a profissão remuneradora de intermediários do grande comércio congolês; eles recebiam, em troca das mercadorias europeias, o marfim da Likouala: mais à montante, os produtos do Sangha e do Oubangui: escravos, madeira vermelha, marfim e, pouco tempo depois, borracha. Tudo isso se traduzia em importantes mercados ao redor do Pool e na região dos rios (Ncounda et Bolobo). Rio acima, outros grupos

¹⁶ Ver igualmente COQUERY-VIDROVITCH: Brazza e a tomada de posse do Congo, *op. cit.*, e VANSINA, J. *Long distance trade-routes in Central Africa*, **Journal of African History**, III, 1962, nº 3, pp. 375-390.

igualmente segmentários assumiram o tráfico: Bonga, no confluente do Sanga, que apresentava uma atividade análoga, era provido pelos povos do alto. Os habitantes da floresta não ignoravam sequer que o rio tinha sua fonte “na região dos homens brancos” armados de mosquetes, cuja descrição permite assegurar a origem árabe: esse fato confirma, entre outras coisas, a dimensão do comércio congolês, que drenava por enormes distâncias os produtos e os homens.

Essa permanência das trocas, qualquer que seja o tipo de sociedade considerada, impõe que se ultrapasse, nesse domínio, a oposição tradicional entre sociedade com Estado e sociedade sem Estado. Ela corre o risco de aparecer na África negra como mais formal do que em outros lugares: G. Balandier já demonstrou, no plano político, a coexistência no seio de todas as sociedades africanas, estatais ou anárquicas, elementos aparentemente contraditórios; de umas às outras, pode-se encontrar em seu terreno todas as formas de transição; certamente, a passagem para uma organização centralizada marca um progresso incontestável; mas a diferença é qualitativa, é algo mais essencial: mesmo no caso das sociedades mais “despóticas” (reinos sudaneses medievais, reino do Kongo do século XVI, reino do Daomé no século XIX), a autoridade do soberano não excluiu jamais a organização tribal-patriarcal; ela se encarnou ao máximo numa burocracia sobreimposta, mas respeitosa das estruturas de vida rústica. Ter ciência desse traço comum a todas as sociedades africanas é, de um só golpe, buscar o fundamento econômico. Parece-nos que é no jogo dialético de relações ou de ausência de relações entre níveis socioeconômicos aparentemente heterogêneos no seio do mesmo conjunto (coexistência de estruturas clânicas comunitárias e do sistema territorial, superposição de subsistência familiar e de trocas de longa distância) que se deve buscar um dos motores da história dos povos da África negra: a cada momento, ela responde a um certo grau de evolução das relações que regem esses termos contraditórios e, por decorrência, perpetuamente geradores de desequilíbrio e de conflitos.

Para um “Modo de Produção Africano”?

É tendo em conta esses traços específicos que se torna possível delimitar um modo de produção africano não imediatamente assimilável ao esquema doravante clássico do modo de produção asiático.

A África negra, dissemos, ignora o despotismo de tipo asiático. Isso não quer dizer que nela não houve formação de aristocracias ou de classes privilegiadas. Mas os soberanos que aqui e ali tomaram o poder foram identificados precipitadamente pelos observadores europeus como “monarcas absolutos”. As arrecadações que se efetuaram com a ajuda da classe dominante não o foram necessariamente, nem muito menos exclusivamente, sobre “o campesinato trabalhador, englobando de uma só vez homens livres e cativos”, que seriam, na África e em outros lugares, “a classe explorada fundamental” (SURET-CANALE 1964, p. 30)¹⁷. Certamente, poderia ser esse o caso: no Senegal pré-colonial, as linhagens que detinham o poder de Estado possuíam igualmente direitos sobre a terra e sobre uma parte do trabalho dos camponeses (mais a título coletivo, nem os exploradores e nem os explorados enquanto indivíduos) (KALIDOU DEME, 1966, p. 17). No Burundi, o monopólio do controle sobre os bens (gado e pastagens) detidos pelos tutsis, à custa dos hutus, permitiu mesmo que se evocassem relações de produção de tipo feudal (MAQUET, 1954).

Entretanto, parece-nos abusivo buscar apenas no aporte das forças produtivas de subsistência o motor da evolução das sociedades africanas. Essa assertiva, visando a encontrar no seio da sociedade africana fechada em si mesma o par exploradores/explorados, revela uma falta de observação dos dados reais da região. A África negra é, sem dúvida, o lugar do mundo onde a agricultura era menos suscetível de produzir a mais-valia: as técnicas agrícolas e artesanais eram particularmente rudimentares (nem a roda, nem o arado: o único instrumento era a enxada); sobretudo, a necessidade jamais sentida de melhorar a produção com a ajuda de novas ferramentas ou pelo recurso a grandes trabalhos: a exploração de uma terra senão fértil, ao menos abundante, responderia sem grandes esforços às necessidades limitadas de uma população geralmente pouco densa; nenhum

¹⁷ Godelier (1963, p. 30) exprime a mesma ideia sob uma forma análoga, ainda que menos categórica, a aristocracia “que assegura as bases da exploração de classe pela subtração de uma parte do produto das comunidades (em trabalho e em forma natural)”.

soberano jamais teve necessidade, para viver, de extrair víveres em quantidade significativa da produção aldeã; ele se contentava mais em organizar em seu benefício uma exploração de tipo familiar sob a responsabilidade de suas mulheres (caso do Daomé, por exemplo), com a ajuda de uma escravidão “doméstica” limitada, não comparável àquela do “modo de produção escravista” propriamente dito. Os tributos coletados pelos déspotas mais organizados (rei do Kongo, rei do Daomé) parecem não ter por objeto, de modo nenhum, pagar serviços ou fornecer o trabalho exigido por tarefas de utilidade pública; não é certo que eles eram empregados para alimentar regularmente as pessoas da corte; nada indica mesmo que eles servissem de fundos de assistência aos quais poderiam apelar aqueles que estivessem em necessidade (LLOYD, 1965, p. 78); no Kongo, o rei e os nobres redistribuíam, entre os vassalos que faziam a demanda, aquilo que eles vinham a receber (RANGLES, 1969). No Daomé, a Festa dos Costumes, grandiosas cerimônias anuais celebradas a partir do século XVIII em honra dos ancestrais reais, cumpria a mesma função: ela servia de fato para o soberano da ocasião coletar o tributo, mas, sobretudo, para garantir a exibição aos olhos de seus súditos reunidos, durante várias semanas, da riqueza e da munificência da dinastia, seja pelo sacrifício público de centenas de escravos (alguns ganhos frustrados), seja pela distribuição de bebidas alcoólicas em abundância, de cauris (moeda local) e de tangas jogadas em grandes quantidades no alto das estradas públicas (COQUERY-VIDROVITCH, 1964). Em resumo, as prestações exigidas tinham, sobretudo, um valor simbólico de garantia das estruturas sociais. Não que não existissem relações entre exploradores e explorados: mas o déspota africano explorava menos os seus súditos do que os povos limítrofes: é de fato das trocas de longa distância que provinha a maior parte do sobreproduto. Desse ponto de vista, a Festa dos Costumes, para retomar esse exemplo, não era uma instituição retrógrada que teria freado ou paralisado os contatos com os europeus; ao contrário, ela estimulava a vida econômica do país; ela encorajava a intensa atividade de comércio necessária ao aprovisionamento dessa “feira” com produtos de todos os tipos (escravos em troca de mercadorias europeias). Que não nos seja repreendido aqui o ato de privilegiar abusivamente o modo de circulação dos bens à custa do modo de produção; o problema fundamental não era transportar as mercadorias, mas sim

obtê-las – “produzi-las” de algum modo. Tratava-se evidentemente de uma forma bastarda de produção, produção imediata e aparente, mas de fato contraditória e predatória, já que, no longo prazo, ela esterilizava o país ao invés de enriquecê-lo. Para fazê-lo, dois meios eram oferecidos: a guerra (no caso das incursões de tráfico¹⁸), ou as trocas pacíficas com as populações vizinhas (caso do sal e do ouro do Sudão), circulação “exógena” que se pode assimilar a uma forma de produção, por oposição à circulação no interior de uma sociedade dada.

J. Suret-Canale (1964, p. 36) notou o papel fundamental do comércio na África negra, “elemento decisivo de consolidação dos primeiros estados da África tropical”; ele não explorou suficientemente o significado disso em sua preocupação preconcebida de definir uma dominação *direta* da aristocracia sobre o campesinato. A autoridade sobre as trocas de longa distância exigia, certamente, a subordinação a seus beneficiários, preocupados em conservar o privilégio contra o resto da população. Mas o controle exercido pela classe dirigente manifestava-se, sobretudo, *indiretamente*, pela fruição exclusiva de mercadorias longínquas acumuladas seguindo um processo análogo ao dos “bens de prestígio” entesourados pelos anciãos no seio da economia comunitária de subsistência: algodões vermelhos da Europa que os chefes batekes reservavam para os seus funerais (SAUTTER, 1960, p. 37), armas aperfeiçoadas acumuladas nos arsenais dos sultões do Alto-Oubangui etc. A dominação indireta não excluía, ademais, o seu corolário, a dominação direta, sobretudo no caso das armas de tráfico que condicionavam, ao mesmo tempo, uma e outra: por sua aquisição, o soberano assegurava de um só golpe o poder de controlar os alistamentos no exército, a coleta de tributos, o trabalho das plantações, favorecendo em tudo a acumulação de excedentes exportáveis (caso dos óleos de palma, cuja cultura foi imposta, a partir da metade do século XIX, pelo rei do Daomé). Mas as maiores arrecadações, nós o repetimos, não se exerciam sobre as comunidades aldeãs: elas provinham do exterior do território, graças a incursões militares anuais ou a transações comerciais pacíficas que absorviam produtos a taxas muito inferiores a seu valor. Assim, a vida do reino do Daomé tinha seu ritmo dado (como havia se dado no reino do Kongo e, segundo todas as probabilidades, no reino de Benin)

¹⁸ “A guerra, que é uma das formas da produção, engendra de modo característico o que se chama de ‘Estados militares-parasitários’ que se encontram também tanto na Antiguidade quanto na Idade Média”. MELEKECHVILI, 1967, p. 41.

pelas expedições militares lançadas a cada estação seca em direção à região Ashanti à oeste ou às cidades Iorubá a leste para reaver o contingente de escravos exigido pela economia negreira. Assim, na África central, os likubas (boubanguis) obtinham a mandioca dos batekes e dos mbochis “a preços irrisórios”¹⁹; eles revendiam ao Pool cinco ou seis vezes, ou até dez vezes mais caro, a madeira vermelha, o marfim ou os escravos comprados rio acima²⁰. Mesmo no caso dos impérios fundados sobre as riquezas minerais (ouro do Sudão, cobre da África austral), o problema do soberano não era impor a seus súditos um esforço coletivo de extração do mineral; era o de obter ao menor preço um metal cujas jazidas situavam-se às vezes muito longe de seu território: nem o rei do Gana e nem o imperador do Mali dominavam diretamente os produtores que atuavam provavelmente nos marcos de uma economia de colheita; eles os conheciam a tal ponto que a “troca muda” prolongou-se tardiamente. Esse procedimento, muitas vezes descrito, proibia às duas partes de entrarem em relação direta: os comerciantes vindos do Norte dispunham suas mercadorias (sal) num lugar determinado, e depois se retiravam. Na manhã do dia seguinte eles encontravam, próximo a cada objeto que eles desejavam vender, uma quantidade de pó de ouro equivalente ao preço que se pretendia lhes dar. Se eles estimassem a oferta como suficiente, eles pegavam o ouro; senão, eles não tocavam em nada, até que se adicionasse uma quantidade suplementar ou, se as considerassem exigentes demais, até que se pegasse tudo de volta. Por ter feito um levantamento dos traficantes, a fim de descobrir “de que tipo são essas pessoas que não querem permitir que se lhes veja e nem que se lhes falhe”, o imperador do Mali obteve por único resultado interromper as trocas durante três anos²¹. Também os autores árabes referem-se a contos absurdos que corriam no Sudão sobre esses produtores antropófagos, selvagens disformes, que recolhiam as raízes do ouro após as chuvas...²². A não coincidência, na África austral, da área dos sítios

¹⁹ Testemunho dos observadores europeus. COQUERY-VIDROVITCH, 1969.

²⁰ Uma faca comprada por 3 barretas de cobre no Ikelemba era revendida por 60 barretas a Bonga; um escravo comprado por 20 barretas era revendido por 400 ou 500 barretas. COQUERY-VIDROVITCH, 1969.

²¹ CA' DA MOSTO, A. *Relação de viagens à Costa Ocidental da África*, 1457 (Pub. Paris, 1895, p. 52 ss.).

²² Ver os testemunhos de: AL-BAKRI, 1068: *Descrição da África*, trad. Argel, 1913, p. 381; AL-OMARI, 1338: *A África, menos o Egito*, trad. Paris, 1927, pp. 70-71; CA' DA MOSTO, A.: *Relação de viagens...*, pub. Paris, 1895, p. 52, etc...

cupríferos repartidos do Katanga ao Limpopo com as ruínas dos “construtores de pedra”, que testemunharam uma organização política elaborada em torno das cidades do Zimbábue e de Mapungumbwé (Rodésia do Sul), parece corroborar uma hipótese análoga de “produção” pela via das trocas mais do que pela exploração direta.

A especificidade do modo de produção africano repousava então na combinação de uma economia comunitária patriarcal e da autoridade exclusiva de um grupo sobre as trocas de longa distância. Dependia da natureza desse grupo a forma do poder num dado momento; se os responsáveis coincidiam com os chefes de linhagens de subsistência ao nível da aldeia, sua proeminência é então inconteste: no caso dos fangs ou dos boubanguis, ela foi ameaçada somente pela instabilidade de pequenos grupos rivais associados na mesma empreitada; no Congo Médio, o sistema desmoronou apenas sob a pressão de fatores externos: a intrusão dos europeus que confiscaram em seu proveito o grande comércio eliminando a intermediação tradicional.

Contrariamente, se no seio de um aparelho político mais diferenciado, uma classe privilegiada consegue, pela circunstância de um recrutamento hereditário de casta ou em decorrência de um esboço de acumulação de capital, dominar o tráfico de longa distância, o regime exprime uma síntese mais ou menos coerente entre o sistema tribal-patriarcal e as ambições territoriais de um novo tipo. Os impérios sudaneses medievais traduzem, por exemplo, a utilização de estruturas animistas tradicionais por uma aristocracia arabizada que domina as trocas; seria um erro ver aí estados muçulmanos (dado que o Gana já estava em decadência quando conheceu o Islã). A função desses impérios era controlar e explorar o comércio entre o Sudão ocidental e a África do Norte; esse objetivo econômico permite que se perceba sua forma política. A classe dirigente tinha, com efeito, interesse em apresentar, pela organização de sua corte e pela repercussão das peregrinações, uma face islamizada favorável ao estabelecimento de boas relações com o cliente Magreb e seu representante. Mas o proselitismo muçulmano, ao contrário, teve o seu equilíbrio interior ameaçado: nada permite afirmar que o Islã tinha bases sólidas fora das grandes cidades; ao contrário, mesmo no seio das instituições monárquicas, as descrições que nos deixaram os geógrafos árabes mostram que os dirigentes sentiam a necessidade de grafar seu poder sobre uma

lona tipicamente pagã, de origem provavelmente mandé: daí a pompa em que se envolvia o rei, os ritos que ele deveria seguir (jamais beber em público, não se entreter diretamente com seus súditos...), ou as manifestações de submissão de seus dignitários (que prosternavam a face na poeira ou efetuavam danças sacramentais em honra do soberano); o abandono das tradições teria mesmo provocado a hostilidade das massas populares, agarradas às formas patriarcais, contra os notáveis. A evolução dos impérios resultou da precariedade do equilíbrio instaurado entre essas tendências antagônicas: no Songhai, por exemplo, Sonni Ali (1464-1492), campeão do paganismo militante, levantou contra si uma reação muçulmana; ele submeteu à sua dominação, por certo, todo o arco do Nilo, mas sob seu impulso a história do império tornou-se a de uma incessante competição entre pagãos e muçulmanos, e que enfraqueceu o Estado e favoreceu a conquista marroquina em 1591; isso resolveu o conflito pela união de todos na resistência em nome da causa animista – mas ao preço da supremacia econômica (FAGE, 1964).

A história do reino do Daomé revela outra tentativa de resolver as contradições internas da mesma ordem. O reino constituiu-se progressivamente pela circunstância do vazio político deixado pela decadência das estruturas ancestrais Aja, minadas pela introdução do comércio. Viu-se sobrepor às instituições comunitárias a noção nova de um Estado que repousava sobre bases territoriais, em que cada súdito deveria servir ao rei e não mais apenas ao chefe patriarcal. O paradoxo foi que o reino, surgido de início para resistir às influências corrosivas do comércio, fez votos para uma construção econômica e administrativa baseada no comércio: esse foi o sentido do reino de Agadjá (1708-1740), cuja mutação em comércio negreiro esteve na origem do desenvolvimento do século XIX (AKINJOGBIN, 1967). O poder foi estreitamente ligado a formas econômicas específicas; a centralização daomeana respondia à posse absoluta do soberano sobre um grande comércio estatizado não integrado, pouco aberto à economia de mercado. Era mais uma troca massiva de produtos do que um verdadeiro comércio; o rei buscava menos o lucro e mais a obtenção, por atos de troca, de mercadorias longínquas: as armas (condição de seu poderio e de seu aprovisionamento de escravos), os tecidos, o álcool e as quinquilharias no geral, fundamento de sua generosidade revelada pelo desfile anual dos tesouros de

comércio acumulados de geração em geração; a Festa dos Costumes asseguraria, então, o reagrupamento e a redistribuição periódica das riquezas do reino.

A administração autoritária do comércio explica a estabilidade das tarifas, a despeito das desordens interiores e da concorrência sem freios à qual se entregavam, de sua parte, as diversas nações europeias; da parte daomeana, as variações de preço, submetidas à lei de oferta e procura, eram limitadas pelo soberano, que fixava as tarifas em função de fatores ecológicos e militares e de condições de transporte. Por exemplo: o preço padrão de um escravo; a estimativa em cifra dos seus defeitos; a seleção de “pacotes”, é dizer, de lotes codificados e tarifados da provisão de mercadorias; enfim, o valor relativamente estável do cauri durante um século e meio (em princípio, 32.000 cauris = 1 onça de ouro); esse molusco originário do oceano Índico serviu de moeda em virtude de uma política estatal que regulou seu uso e evitou sua proliferação pelo controle autoritário de suas importações até a véspera da conquista colonial (POLANYI, 1966)²³.

Desde então, o Daomé realizou a união surpreendente de um Estado político elevado a um alto grau de organização monárquica a serviço do rei e dos seus chefes, mas associado ao respeito mais absoluto da autonomia comunitária da vida rústica. Não se deve, com efeito, admitir o abuso da perfeição do sistema administrativo e financeiro descrito por Herskovits (1938) (contagem de recenseamentos, recuperações de taxas e alistamentos militares organizados pelo palácio com a ajuda de cascalhos repartidos sutilmente entre sacos diferentes); os trabalhos mais recentes tendem a sublinhar o caráter esquemático dessa reconstrução um pouco prematura de um espírito europeu (ARGYLE, 1966).

Enfim, a perda, por um grupo privilegiado ou por um déspota, de sua autoridade sobre as trocas de longa distância, desencadeava a ruína de seu poder político: foi esse o caso do reino do Kongo. Num primeiro momento, ele deveu sua coesão ao monopólio que o rei detinha sobre um grande comércio que existia provavelmente na África central desde o século XII: os blocos de sal marinho originários da costa transitavam para o interior, do mesmo modo que os moluscos “zimbu” pescados na ilha de Luanda, que serviam de moeda em São

²³ O rigorismo do sistema proposto por esse autor deve ser temperado a partir dos trabalhos em curso de Marion Johnson sobre o cauri: “*The ounce in the eighteen-century West African trade*”, *Journal of African History*, VII, 1966, nº 2, pp. 197-214.

Salvador; em contrapartida, os tecidos trançados de ráfia e o marfim eram recebidos do Pool com proveniência das zonas de floresta densa. Desde que o soberano perdeu o controle das trocas com a Europa, a autoridade sobre as províncias lhe escapou: os chefes da costa do Luango e do Soyo (ao norte da embocadura do rio) e da Angola do sul beneficiaram-se do distanciamento da capital para tomarem o mercado, com a cumplicidade dos mercadores portugueses de São Tomé; a partir do século XVI, essas populações periféricas e marítimas liberaram-se pouco a pouco da dominação do império do interior; os vassalos fizeram-se intermediários, e extraíram do comércio um poderio que lhes permitiu rivalizar com a antiga autoridade, à qual eles recusaram se submeter a partir de então²⁴.

Os exemplos citados não pretendem, por si sós, fundamentar uma lei geral. No estado atual de nossos conhecimentos, eles aparecem simplesmente como tantas soluções originais apresentadas ao problema da coexistência de elementos econômicos e políticos contraditórios. O que tornou essa coabitação possível foi, sem dúvida, o fato de que as minorias no poder eram mais voltadas para a exploração de seus vizinhos do que a dos seus súditos: nenhum regime político africano, por mais despótico que fosse, sentia a necessidade de eliminar, no seio de suas fronteiras, estruturas comunitárias aldeãs que quase não interferiam em seu processo de exploração. A aldeia, sob a condição de transmitir seu tributo ao chefe de distrito ou de província, administraria a vida da coletividade como bem lhe aprouvesse; os anciãos assegurariam de pleno direito o culto dos ancestrais do clã; o chefe da terra atribuía por sua própria autoridade, a cada família e a cada geração, seu domínio cultivável; as associações de mulheres regiam as transações de mercados de viveres locais. Não era nem mesmo necessário fornecer ao soberano um contingente de trabalhadores de plantações ou de carregadores de caravanas, encargos geralmente assegurados pelos escravos reais tomados como butim no estrangeiro. As obrigações mais frequentes se limitavam ao alistamento no exército em caso de conflito ou, como no Daomé, à afetação de certo número de filhas ao harém ou ao corpo das “Amazonas”, guerreiras de elite do rei.

²⁴ RANDLES, W. O antigo reino do Congo das origens ao fim do século XIX, cap. IV, “A economia”; cap. XI, “As consequências da abertura da nova fronteira”. Paris, 1969.

Certamente, em numerosas sociedades africanas, as trocas desempenharam um papel reduzido; é o caso dos goulos da Costa do Marfim, ainda que a presença de mercados de cola seja atestada entre eles, e que seu papel dinâmico tenha sido reconhecido: foi esse o meio pelo qual os mais jovens tomaram o controle e contestaram a supremacia dos mais velhos (MEILLASSOUX, 1964). Em qualquer caso, parece que, onde quer que as trocas ficassem limitadas, nada colocava em perigo as estruturas “tribais-patriarcais”, porque nada era capaz de assegurar suficientemente o sobreproduto. Quanto às “hegemonias militares” que se seguiram em outros lugares, teriam sido elas tão estrangeiras quanto o que se poderia dizer sobre a economia das trocas de longa distância? Seria preciso debruçar-se mais sobre o papel desempenhado, por exemplo, pela casta pouco conhecida dos mercadores nos reinos Mossi. Em outros lugares, a função pastoral encorajou a ascensão dos peuls, favorecendo a acumulação de riquezas sob a forma privilegiada de cabeças de gado: diga-se o que for, sua prosperidade se manifestou, de início, pelos ativos focos de mercados de bovinos (por exemplo, Koundé na fronteira oriental do Camarões); os Estados fula herdeiros de Usman dan Fodio foram, sobretudo no século XIX e, sem dúvida, anteriormente, a autoridade superior sobre o comércio árabe que aprovisionou escravos em todo o Sudão²⁵. No entanto, não é mais necessário querer identificar tudo a qualquer custo; não está excluído que se distinguem na África vários tipos de autoridade de uma classe dirigente sobre o resto da população: o domínio sobre as trocas de longa distância supõe, com frequência, a potestade guerreira (exemplo dos reinos negreiros); sem dúvida, ela predominou, às vezes sozinha, nos marcos dos “Estados militares parasitários” (exemplo do Buganda, onde o aparelho de Estado aparece como uma empresa de guerra exterior depredatória, de butim – escravos, gado, objetos de prestígio – destinado aos chefes, todos oficiais militares, e aos guerreiros mais valorosos; era possível fazer mobilizar, para as suas duas campanhas anuais, uma grande parte da população)²⁶. Seria preciso também distinguir entre a África do Oeste e a zona interlacustre: na primeira, a terra submetia-se, sobretudo, à autoridade coletiva

²⁵ Os lamibes da Adamaua conduziam incursões anuais em direção ao Leste até mais além do Chari. COQUERY-VIDROVITCH, 1965a, p. 29-31.

²⁶ DAN SPERBER. Os camponeses-clientes no Buganda, Comunicação no Colóquio do Grupo de Pesquisas em Antropologia e Sociologia Política (GPASP), Paris, 29 de março de 1968.

da comunidade aldeã (o rei do Daomé valeu-se somente no século XIX de seu direito eminente de propriedade, quando atribuiu a si as plantações de óleo de palma incentivadas pelos europeus). Na segunda, ao contrário, discerne-se precocemente fenômenos próximos da apropriação do solo pela classe dirigente (caso de Ruanda, por exemplo).

Esses exemplos provam, de início, a necessidade de multiplicar os estudos de caso, que ainda fazem falta severamente. Seria igualmente desejável iniciar a comparação com outras sociedades ditas de subsistência, a começar pelo Magreb: lá se encontra também, ao que parece, essa justaposição de dois sistemas econômicos impermeáveis um ao outro, no nível da aldeia e no nível do Estado. Talvez se possa então elucidar parcialmente as razões de uma dicotomia que atingiu todos os historiadores da África: a invariância das bases comunitárias de subsistência em oposição à instabilidade do nível sócio-político. O segundo termo, ainda que inseparável do primeiro, encontraria em outro lugar o motor de sua evolução; ele resultaria, de início, do jogo complexo de elementos constitutivos heterogêneos: entre eles, as trocas de longa distância estariam entre os mais dinâmicos, mas também entre os mais vulneráveis, já que submetidos a pressões externas, bem como a fatores internos.

Vê-se o quanto o modo de produção africano, irreduzível aos modos de produção pré-capitalistas do ocidente, diferencia-se também radicalmente da Ásia pela falta de um despotismo verdadeiro que visasse à exploração direta da classe camponesa. Resta um último problema: o da evolução possível desse modo de produção. Afirma-se com frequência que o modo de produção asiático estava condenado à estagnação. M. Godelier (1963, p. 31-33) afirma, ao contrário, que a passagem de uma sociedade ao modo de produção asiático, reveladora da emergência de uma estrutura de classe com contornos ainda fluidos, seria “o maior progresso das forças produtivas realizado sobre a base das antigas formas comunitárias de produção”. Para ultrapassar novamente esse estágio, a sociedade (salvo um bloqueio sempre possível em formas petrificadas) seguiria a lei de evolução de sua contradição interna: a da unidade de estruturas comunitárias e estruturas de classe, as segundas prevalecendo progressivamente sobre as primeiras, na esteira do desenvolvimento da propriedade privada.

Pode-se conceber uma evolução comparável do modo de produção africano? As chances de um bloqueio são seguramente mais frequentes do que em outros lugares, pois as forças produtivas não são forças verdadeiras; baseada na guerra ou no comércio, a produção é estéril; o excedente é certamente assegurado à classe privilegiada; mas é um excedente aparente, cuja contrapartida é, num prazo mais ou menos longo, o empobrecimento real do país: os impérios sudaneses desapareceram sem deixar vestígio, desde que os fluxos comerciais tiveram uma reviravolta, do norte (ouro por sal) em direção ao sul (ouro, depois escravos, por mercadorias europeias), em proveito da zona guineana descoberta pelos portugueses; os Estados baseados no tráfico negreiro acabaram por sucumbir ao que fez, de início, a sua prosperidade: o Kongo, a partir do século XVI, o reino do Benin desde antes do século XV, a confederação Ashanti (*Gold Coast*) no século XIX. Isso quer dizer que o modo de produção africano estaria condenado não apenas à estagnação, mas a se desagregar? Ao menos num caso, o do Daomé, foi possível iniciar uma evolução: sacudindo estruturas congeladas, o rei Ghezo, em meados do século XIX, aceitou renunciar ao tráfico negreiro, cada vez mais incerto, em proveito de um “comércio lícito” encorajado pelos europeus e baseado na produção real: a dos óleos de palma e das palmeiras. Uma acumulação suficiente de capital permitia-lhe impor uma dominação e uma exploração cada vez mais direta sobre vastas plantações. Era o ensaio da passagem a um modo de produção que tomasse parte, de uma vez só, no regime antigo (a mão de obra era, sobretudo, servil, mas sempre fornecida pelas incursões militares anuais) e em certas formas próximas da feudalidade, reveladas na administração de um domínio sobre o qual o soberano reivindicou, desde então, seus direitos eminentes de propriedade: pela confusão cuidadosamente mantida entre “terras do reino” e “terras do rei”, ele direcionava-se para a apropriação privada do solo. Os camponeses eram compelidos a manter as palmeiras e a recolher o óleo; o chefe era encarregado da aplicação de uma regulamentação minuciosa; os detentores das palmeiras eram obrigados, sob pena de multa ou de confisco da terra, a limpar o solo e colher os frutos; eles não tinham o direito, sem autorização real, de cortar uma palmeira. O óleo de palma enriqueceu o rei pelas taxas que ele aplicou sobre o comércio: seus súditos deviam-lhe um imposto em natura sobre o produto comercializado, estimado em

1/18 da colheita. Funcionários especializados eram encarregados da arrecadação dos tributos, que se multiplicavam no Daomé: cada cidade os possuía; em Allada, a antiga capital, cada recipiente que passava, “fosse grande jarra ou pequeno pote”, era atingido por uma taxa (COQUERY-VIDROVITCH, 1965b, p. 384).

Essa evolução teria sido possível em outro lugar? Ela parece ao menos ter se esboçado na zona interlacustre (sistema com tendências feudais de Ruanda, baseado na capitalização das cabeças de gado). Tudo foi destruído pela conquista, que desnaturou as relações entre colonizadores e colonizados, e fez as sociedades africanas balançarem em direção a um sistema capitalista “adulterado, em que a relação de produção capitalista está estreitamente combinada a relações arcaicas, para o maior proveito dos privilegiados” (LACOSTE, 1965, p. 230-231). Esses exemplos parecem, no entanto, indicar que uma sociedade africana não era menos capaz do que qualquer outra, com o risco de assimilar elementos vindos do ocidente, de superar suas contradições, sob a condição de assegurar por si mesma a mutação do elemento motor de sua economia. Ao substituir o comércio depredatório pela exploração dos palmeirais, o Daomé integrava-se, sem ruptura brutal de equilíbrio, a um sistema econômico renovado. Ele iniciava, ao fazê-lo, a evolução do modo de produção.

RESEARCH ON AFRICAN PRODUCTION MODE

Abstract: Translation of an article by Catherine Coquery-Vidrovitch (emeritus professor at Paris Diderot University, expert on African history) and originally published in *La Pensée* magazine in April 1969 (n.144). The author explains the historical uniqueness of some pre-capitalist societies in black África by proposing a mode of production distinct from those already known in the Marxist tradition. There is also an effort to differentiate between the so-called "African mode of production" and the Asian mode of production, which had already been tackled by Marx and better studied by French Marxist anthropology. However, as argued by the French historian, to reduce the experiences of kingdoms such as the Kongo and Dahomey, for example, there is a variation of the same type of society present in ancient Mesopotamia, Egypt and China - according to the procedure of Marxist anthropology of the 1960s, headed by Maurice Godelier - implies not only distorting the very concept of Asian mode of production, but also ignoring the particularities presented by the development of certain African peoples.

Referências

ADU BOAHEN, A. **Britain, the Sahara and the Western Sudan**. Oxford University Press, 1965.

AKINJOGBIN, A. **Dahomey and its neighbors, 1708-1818**. Cambridge Un. Press, 1967.

ALEXANDRE, P. Proto-história do grupo beti-bulu-fang: ensaio de síntese provisória. **Cahiers d'Études Africaines**, V, 1965, n. 20, pp. 503-560

ARGYLE, W. **The Fon of Dahomey**. Oxford, 1966.

BALANDIER, G. **Antropologia política**, Paris: P.U.F., 1967.

CA' DA MOSTO, A. **Relação de viagens à Costa Ocidental da África**, 1457 (Pub. Paris, 1895, p. 52 ss.).

CHESNAUX, J. O modo de produção asiático. Algumas perspectivas de pesquisa, **La Pensée**, nº 114, 1964.

_____. Em que pé está a discussão sobre o modo de produção asiático?, **La Pensée**, nº 122, agosto 1965.

_____. Em que pé está a discussão sobre o modo de produção asiático II, **La Pensée**, nº 129, out. 1960.

_____. Em que pé está a discussão sobre o modo de produção asiático III, **La Pensée**, nº 138, abril 1968, pp. 21-42.

COQUERY-VIDROVITCH, C. A festa dos Costumes do Daomé, histórico e ensaio de interpretação, **Annales**, nº 4, jul-ago 1964, pp. 696-716

_____. A política francesa no Alto-Sangha, **Revue Française d' Histoire d'Outre-Mer**, nº 186, 1965a.

_____. O bloqueio de Whydah (1876-1877) e a rivalidade franco-inglesa no Daomé, **Cahiers d'Études Africaines**, II, 7, 1965b

_____. **Brazza e a tomada de posse do Congo**, Paris, 1969.

DUYVENDAK, J. **China's discovery of Africa**, Londres, 1949.

FAGE, J. Some thoughts on State Formation in the Western Sudan before the 17th century, Boston Un. **Papers in African History**, I, 17-34, 1964.

FREEMAN-GREENVILLE, G. **The Medieval History of the Tanganyika coast**, Oxford Un. Press, 1962

GODELIER, M. A noção de modo de produção asiático e os esquemas marxistas de evolução das sociedades, **C.E.R.M.**, Paris, 1963, 42 p

GRAY, J. **History of Zanzibar from the middle Ages**, Londres, 1962

GREENBERG, J. **Languages of Africa**, Bloomington, 1962.

HERSKOVITS, M. **Dahomey, an Ancient West African Kingdom**. New-York, 1938, 2 vol.

KALIDOU DEME. As classes sociais no Senegal pré-colonial, **La Pensée**, n° 130, 1966.

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento**. Paris: PUF, 1965.

LLOYD, P. **The political structure of African Kingdoms**, Political Systems and the Distributions of Power, Londres, 1965.

MAQUET, J. **O sistema das relações sociais na Ruanda antiga**. Tervuren, 1954.

MARX, K. **O capital**, l. III, Ed. Soc., VIII, s/d.

MEILLASSOUX, C. Ensaio de interpretação do fenômeno econômico nas sociedades tradicionais de subsistência, **Cahiers d'Études Africaines**, n.º 4, 1960.

_____. **Antropologia econômica dos gôuros da Costa do Marfim**, Paris, 1964, 382 p.

MELEKECHVILI, G. Escravidão, feudalismo e modo de produção asiático no Oriente antigo, **La Pensée**, n° 132, 1967.

MITROPOLSKI, Y. ZOUBRITSKI e KÉROV, V. **Apanhado de História e de Economia**, I, Formações pré-capitalistas: A comunidade primitiva, A sociedade escravista, A sociedade feudal. Edições do Progresso, Moscou, p. 280.

OLIVER; MATHEW. **History of East Africa**, cap. VI, "Discernible developments in the interior, c. 1500-1840", pp. 169-211, Londres, 1962.

PARAIN, C. Proto-história mediterrânea e modo de produção asiático, **La Pensée**, n. 127, 1966, pp. 26-27.

POLANYI, K. **Dahomey and the slave trade**, USA, 1966.

RANDLES, W. **O antigo reino do Congo das origens ao fim do século XIX**. Paris, 1969.

SAUTTER, G. O plateau congolês de Mbé, **Cahiers d'Etudes Africaines**, n° 2, 1960.

_____. **Do Atlântico ao rio Congo**, Paris, 1965, pp. 215-325.

SURET-CANALE, J. As sociedades tradicionais na África negra e o conceito de modo de produção asiático, **La Pensée**, n. 117, 1964, pp. 19-42.

_____. Estruturalismo e antropologia econômica, **La Pensée**, n° 135, 1967.

TOUSSAINT, A. **História do Oceano Índico**, Paris, 1961.

VILLERS, A. **The Indian Ocean**, Londres, 1952

SOBRE A AUTORA

Catherine Coquery-Vidrovitch é professora emérita da Universidade Paris Diderot, especialista em história da África.

Recebido em 27/03/2018

Aceito em 17/07/2018